

O uso da tecnologia como ferramenta de visibilidade e empoderamento para comunidades

*El uso de la tecnología como herramienta de visibilidad y empoderamiento para
comunidades vulnerables*

*The use of technology as a tool for visibility and empowerment for
vulnerable communities*

Nome completo dos autores¹

Vanessa Steigleder Neubauer²

Antonio Escandiel de Souza³

Denise da Costa Dias Scheffer⁴

Resumo

O presente trabalho aborda o impacto da internet e das tecnologias digitais como ferramentas de visibilidade e empoderamento para comunidades vulneráveis. Através da análise do uso dessas tecnologias, o estudo busca entender como elas podem promover a inclusão social e diminuir as desigualdades enfrentadas por esses grupos. O artigo é fruto do projeto “Elaboração de website para laboratório de investigação” em que foi desenvolvido um website para o Asilo Santo Antônio de Cruz Alta com intuito de aumentar a divulgação do trabalho realizado pela instituição na região. A referida pesquisa possui articulação com Laboratório de Estudos e Pesquisas em Linguagem Tecnologia e Práticas Sociais do programa de mestrado e doutorado em Práticas Sócio Culturais da Unicruz. Nesse contexto foi através de uma revisão da bibliografia abordamos os conceitos de vulnerabilidade social, exclusão e transformação digital também investigamos os problemas enfrentados por comunidades vulneráveis a dificuldade de acesso às TICs (tecnologia da informação e comunicação) por fatores econômicos e sociais, e além disso buscamos como os meios digitais podem ser utilizados para alavancar movimentos sociais dando voz própria a um grupo marginalizado trazendo atenção a causas, e ser usado de forma a aumentar arrecadação de recursos para instituições sem fins lucrativos que trabalham diretamente com essas comunidades vulneráveis.

¹ Maior Titulação; Afiliação; cidade, estado e país; e e-mail de contato. Exemplo: “Mestre em Estudos Culturais; Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEAC; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; teste@claec.org”.

² Doutora em Filosofia /Unisinos, Docente da Graduação em Direito/Unicruz e do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social Mestrado e Doutorado - UNICRUZ. E-mail: vneubauer@unicruz.edu.br

^{3 3} Doutor em Letras (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) – Mestrado e Doutorado da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: asouza@unicruz.edu.br

^{4 4} Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: denisedadv@gmail.com

Palavras-Chave: Vulnerabilidade; Website; Exclusão digital; Internet; Sociedade.

Resumen

Este trabajo aborda el impacto de Internet y las tecnologías digitales como herramientas de visibilidad y empoderamiento para comunidades vulnerables. Al analizar el uso de estas tecnologías, el estudio busca comprender cómo pueden promover la inclusión social y reducir las desigualdades que enfrentan estos grupos. El artículo es resultado del proyecto "Desarrollo de un sitio web para un laboratorio de investigación", en el que se desarrolló un sitio web para el Asilo Santo Antônio de Cruz Alta con el objetivo de aumentar la publicidad del trabajo realizado por la institución en la región. Esta investigación está vinculada al Laboratorio de Estudios e Investigaciones en Lenguaje, Tecnología y Prácticas Sociales del programa de maestría y doctorado en Prácticas Socioculturales de la Unicruz. En este contexto, a través de una revisión de la bibliografía, abordamos los conceptos de vulnerabilidad social, exclusión y transformación digital, también investigamos los problemas que enfrentan las comunidades vulnerables a la dificultad de acceso a las TIC (tecnologías de la información y la comunicación) debido a factores económicos y sociales, y además buscamos cómo los medios digitales pueden usarse para aprovechar los movimientos sociales, darle a un grupo marginado su propia voz, llamar la atención sobre las causas y usarse para aumentar la recaudación de fondos para instituciones sin fines de lucro que trabajan directamente con estas comunidades vulnerables.

Palabras-clave: Vulnerabilidad; Sitio web; Exclusión digital; Internet; Sociedad.

Abstract

The present work addresses the impact of the internet and digital technologies as tools for visibility and empowerment for vulnerable communities. Through the analysis of the use of these technologies, the study seeks to understand how they can promote social inclusion and reduce the inequalities faced by these groups. The article is the result of the project "Development of a website for research laboratory" in which a website was developed for the Asilo Santo Antônio of Cruz Alta to increase the dissemination of the work carried out by the institution in the region. This research is linked to the Laboratory of Studies and Research in Language, Technology, and Social Practices of the master's and doctoral program in Socio-Cultural Practices at Unicruz. In this context, through a literature review, we address the concepts of social vulnerability, exclusion, and digital transformation. We also investigate the problems faced by vulnerable communities, the difficulty of access to ICTs (information and communication technology) due to economic and social factors, and furthermore, we seek to understand how digital means can be used to leverage social movements, giving a voice to marginalized groups, bringing attention to causes, and being used to increase fundraising for non-profit institutions that work directly with these vulnerable communities.

Keywords: Vulnerability, Website, Digital Divide, Internet; Society.

1. Introdução

O presente artigo busca aprofundar as reflexões sobre a importância da prática docente no contexto do ensino superior, utilizando como base uma experiência de estágio docente vivenciada por uma mestranda na disciplina de Comunicação Oral e Escrita, oferecida no curso de Administração da Universidade de Cruz Alta. Destaca-se, ainda, que a disciplina de Docência no Ensino Superior proporciona ao mestrando a oportunidade de realizar o estágio docente, promovendo assim a integração entre teoria e prática. Este estudo assume uma

abordagem bibliográfica qualitativa, explorando a relação entre teoria e prática a partir da experiência de ensino da discente.

Nessa perspectiva, o texto analisa as ações desenvolvidas durante o estágio docente, tendo como base não apenas o referencial teórico adotado, mas também a análise de documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade onde o estágio foi realizado e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O texto constitui um relato que se concentra na descrição e nas reflexões sobre o estágio docente de uma mestranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, em níveis de mestrado e doutorado, na Universidade de Cruz Alta. São discutidos e refletidos os aspectos relacionados à relevância dos estágios na formação de profissionais docentes para o ensino superior, bem como na formação de estudantes de graduação competentes em comunicação oral e escrita.

2.Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento do estudo, o percurso metodológico embasado a partir da pesquisa descritiva e exploratória, de natureza qualitativa, acerca do debate do ensino e aprendizado no campo do estágio docente no ensino superior visando o aprimoramento dos saberes na prática, evidenciando o processo formativo da experenciação, da comunicação oral e escrita, sob o olhar pessoal da estagiária.

A metodologia adotada para este estudo é a pesquisa bibliográfica qualitativa, que envolve a revisão e análise de literatura existente sobre o tema. Através da coleta e exame de fontes acadêmicas, relatórios e outros documentos relevantes, o estudo busca construir uma compreensão abrangente sobre o impacto das tecnologias digitais nas comunidades vulneráveis, para o website criado utilizamos a metodologia de pesquisa-ação e a ferramenta Webnode para o trabalho no que consiste a criação da página.

“[...]A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (KAUARK, MANHÃES e MEDEIROS, 2010, p. 26).

3 Resultados e Discussões

Desde seus primórdios, a humanidade compartilha informações por diversos métodos, como a comunicação oral, pinturas rupestres, escrita e outros meios de expressão e registro de conhecimento, embora de forma limitada e laboriosa. Com o advento da internet e das

tecnologias digitais a forma como a informação é disseminada e acessada passou por uma transformação radical. “Qualquer tentativa de fazer um histórico da Ciência da Informação precisa necessariamente recuar no tempo até a ação humana de produzir registros materiais de seus conhecimentos” (ARAÚJO, 2014, p. 2).

É somente na década de 60 que as origens do que hoje chamamos de internet pode ser visto com a criação da Arpanet uma rede de computadores montada pela ARPA (Advanced Research Projects Agency) organização que possuía a missão fornecer recursos a pesquisa com foco no mundo universitário. Sua criação foi justificada como uma forma de compartilhamento de tempo de computação entre os vários centros de computadores e grupos de pesquisa da agência. Em 1990 a Arpanet já obsoleta é retirada de operação e os muitos provedores de serviços de internet nos EUA já montam suas redes com a internet então se espalhando globalmente devido às suas características em seu design uma estrutura descentralizada, flexível e de arquitetura aberta (CASTELLS, 2003).

Silveira (2011) define a internet como uma rede de redes “um arranjo comunicacional baseado em protocolos abertos que permitem a distribuição de informações digitalizadas”. A internet permite a criação de espaços virtuais, sites ou websites por seu formato aberto "um recurso/serviço descentralizado em termos de controle, ou seja, ninguém controla a internet, qualquer um pode contribuir para aumentar e/ou melhorar os conteúdos que por lá existem" (MARQUES, 2010, p. 28).

Espaços esses que podem ser acessados milhões de usuários globalmente de forma instantânea nisso seu impacto na sociedade pode ser visto em diversas esferas econômica, política, social etc. Na esfera social a criação desses websites possibilita criar uma presença nesses espaços virtuais para comunidades vulneráveis que sofrem para divulgar sua causa e obter recursos. “De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura” (CASTELLS, 2003, p.8).

Ser excluído das redes é se tornar invisível para grande parte da população com os problemas e necessidades da comunidade, sendo retidos apenas a sua localidade negando a possibilidade de ajuda e divulgação de causas para os milhões que usam diariamente as redes. Espaços virtuais que permitem o compartilhamento de informações possuem baixo custo inicial com amplo alcance de diversos públicos de forma global.

4. As Comunidades e sua vulnerabilidade

Antes de falarmos de como a tecnologia tem potencial de auxiliar essas pessoas, primeiro precisamos ter em mente o que é vulnerabilidade. A vulnerabilidade surge da falta de recursos que um grupo possui para enfrentar os desafios do dia a dia, devido a incapacidades pessoais, baixo status social e redes de apoio insuficientes. Esses fatores combinam-se de maneiras complexas ao longo da vida, começando frequentemente com problemas de desenvolvimento e incapacidades pessoais, como deficiências físicas e cognitivas ou doenças graves, que aparecem cedo na vida e resultam em desafios significativos no futuro. Além disso, pessoas em grupos socioeconômicos mais baixos têm acesso limitado a recursos como educação, emprego e assistência médica, tornando-se mais vulneráveis a situações adversas (MECHANIC e TANNER, 2007).

Giorgi, Cattaneo e Guerrero (2022) trazem uma série de características para definir uma comunidade vulnerável entre elas “recursos econômicos limitados, pouca influência política e exclusão das principais decisões políticas, escassez de serviços básicos [...] e isolamento e segregação social em relação à cidade formal” (GIORGI, CATTANEO e GUERRERO, 2022, p. 2, tradução nossa). Essa série de características citadas pelos autores são encontradas de forma isolada ou em conjunto em diversos grupos vulneráveis presentes no Brasil com isso impactando seu acesso às TICs (Tecnologias da informação e comunicação).

A falta de recursos econômicos impede a aquisição de dispositivos tecnológicos como smartphones e computadores, essenciais para o acesso à internet e plataformas digitais, a pouca influência política impactam de forma que essas comunidades raramente têm suas necessidades tecnológicas priorizadas nas políticas públicas e com a escassez de serviços básicos, como eletricidade e infraestrutura de internet, também há um grande obstáculo para a implementação e uso eficaz das TICs nessas comunidades na forma de falta de conhecimento de como se utiliza essas tecnologias. As comunidades vulneráveis são então as mais atingidas pela transformação digital (TD).

Vial (2019) define a transformação digital como “[...] um processo que possui o objetivo de melhorar uma entidade provocando mudanças em suas propriedades através de uma combinação de informação, comunicação, computação e tecnologias de conectividade.” (VIAL, 2019, p. 118, tradução nossa)

Transformação essa que vem ocorrendo globalmente no século 21 e enquanto em países desenvolvidos o problema é o aprendizado para o uso de tecnologias e ferramentas

como o smartphone ou computador nos países em desenvolvimento pode ser observado a falta de infraestrutura (MOURA et al, 2020).

[...]grandes mudanças nas esferas individual e organizacional, em virtude das novas tecnologias que permitiram o acesso ubíquo a informações, sites e aplicativos, a partir de diferentes dispositivos. Alguns exemplos mais de fronteira são a Inteligência Artificial, a Internet das Coisas, a grande massa de dados disponibilizados na rede, ensejando o surgimento do data analytics, no sentido da geração de valor e conhecimento. (MOURA et al, 2020, p. 199).

Desse modo regiões mais isoladas sofrem com falta de energia elétrica e não possuem uma rede de cabos para internet ou telefonia, a falta de infraestrutura para internet afeta todas as regiões do Brasil forçando populações a utilizarem a internet de forma mais cara com o uso de planos 3g, 4g, para se manterem conectados.

A transformação digital que tem um caráter benéfico com uma melhora na qualidade de vida acaba por marginalizar certos grupos, fato que ocorre globalmente como relata Aleksandrovna et al (2017) novas gerações são socializadas sobre a influência da transformação digital com a prática da comunicação em um ambiente virtual, atividade que as gerações mais velhas não tinham em sua juventude, assim havendo um aumento do fosso entre as gerações. A pesquisa realizada pelas autoras também aponta que esse fenômeno faz com que a geração mais velha seja percebida como não instruída ou até analfabeta pelos mais jovens.

Chetty et, al (2018) também aborda essa temática caracterizando em dois problemas cruciais o de infraestrutura limitada e custosa, e baixa alfabetização digital em comunidades de baixa ou média renda fazendo com que essas comunidades tenham acesso limitado a tecnologias digitais, por altos custos ou falta de infraestrutura elétrica ao pouco acesso a locais com TICs como centros comunitários.

O usuário então a margem da sociedade perde acesso a certos serviços e produtos além do acesso à informação, ficando fora do círculo de informações entre empresas, governos e cidadãos. Conexão essa que se tornou uma necessidade para exercer sua cidadania como foi visto durante a pandemia do COVID-19 para a obtenção do auxílio emergencial (GONZALEZ, ARAUJO, 2021). Para que possam aproveitar esses serviços, é essencial que cidadãos e empresas tenham acesso à tecnologia, compreendam como operá-la e, dessa forma, consigam obter informações. A ausência de acesso às TICs é uma das principais maneiras de deixar uma família excluída dessa realidade (OCDE, 2001).

MOURA et al (2020) destaca a importância do estudo em relação a questão da exclusão digital para um desenvolvimento mais inclusivo e próspero a todos, já que em um mundo digital aqueles que não possuem conhecimentos e habilidades para utilização de tecnologias acabam a margem dos que possuem assim acentuando assimetrias entre grupos populacionais.

Utilizando a definição de Gonçalves para inclusão digital: “[...] o movimento de se inserir algo ou alguém, num determinado espaço-tempo, digital ou não, que o excluiu. ” (GONÇALVES, 2011, p. 33) para o mesmo deve ser descobrir o motivo ou obstáculo que gerou a exclusão para então ser feita a inserção dessa pessoa, “Portanto, a expressão “inclusão digital” tem como eixo central a busca pela superação das barreiras e obstáculos que são instituídos nas relações sociais e que acabam por gerar as exclusões. ” (GONÇALVES, 2011, p. 33). De acordo com o autor o termo surge de uma apropriação do conceito de inclusão social através de uma leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 por estudiosos de países de “terceiro mundo” que veem uma não divisão dos ganhos sociais e econômicos do pós II Guerra Mundial:

O discurso da inclusão social tornou-se vivo e atuante em todos os níveis e extratos das sociedades do mundo todo. O discurso da inclusão social foi apreendido e apropriado por negros, índios, pessoas com deficiência, mulheres, homossexuais etc(GONÇALVES, 2011, p. 32).

Dados do CETIC, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação que realiza pesquisas desde de 2005 com o intuito de monitorar a adoção de tecnologias da informação e comunicação no Brasil, demonstra em sua pesquisa realizada em 2023 traz dados sobre o acesso de usuários da internet ao governo eletrônico mostrando um maior uso desses sistemas por aqueles com idade entre 16 e 59 com maior grau de instrução e maior renda familiar evidenciando a exclusão digital por parte do setores mais vulneráveis da sociedade como idosos e cidadãos com baixa renda (CETIC, 2023).

Siqueira (2023) aborda essa questão com foco no Sistema de Previdência Social em seu artigo relatando como essa exclusão por parte de pessoas com menor grau de instrução e maior idade leva a dependência por terceiros como advogados e outros profissionais. “O Estado providência, enquanto investe em políticas para a virtualização da prestação de seus serviços para a sociedade, desatreladas a necessária política pública de inclusão digital que tais serviços tinham que possuir, não leva a sério o cidadão e não leva a sério os seus direitos. ” (SIQUEIRA, GMACH e SIQUEIRA, 2023, p. 18).

Cavalcanti e Freitas (2019) afirmam que exclusão digital nada mais é do que uma consequência da exclusão social, e é o dever do Estado “[...]por meio dos seus poderes, efetivar as normas de direito fundamental. Por atribuição, ao conceder o valor de norma de direito fundamental atribuída à inclusão social”. Almeida (2015) também discorre sobre o papel do Estado na inclusão digital da população vulnerável:

“Uma política pública que incentive ou oportunize a compra de computadores não faz mais do que conceder meio de inclusão digital, mas a inclusão propriamente dita depende de fatores muito mais ligados à educação do que ao acesso a computadores ou a redes de internet.” (ALMEIDA, 2015, p. 75).

Gonçalves (2011) traz que uma série de termos são utilizados para nomear essa questão sendo eles *digital divide*, diferença digital, apartheid digital e abismo digital e Sabbatini (2000) utiliza o termo apartheid digital para representar a questão de exclusão digital “Um novo tipo de destituído [...]: o sem-computador, o sem-internet Apartheid digital é a expressão que a imprensa mundial vem usando para caracterizar o grande abismo de diferenças”. Ele também aborda a importância do uso de computadores e como a falta de acesso à educação digital pode deixar muitas pessoas sem capacidade de “progredir na vida”.

Na visão de Bellvis (2004) o termo *digital divide* faz referência a lacuna entre indivíduos que têm ampla oportunidade de acesso a essas tecnologias digitais e os que não a possuem com essa exclusão ocorrendo por diversos motivos, incluindo educação, renda, etnia, geografia, infraestrutura e deficiência. E à medida que um número maior de pessoas usa regularmente a internet para suas atividades diárias, aqueles que não têm acesso, conhecimento ou treinamento e “[...]eventualmente podem não conseguir funcionar em uma sociedade baseada na informação” (BELLVIS, 2004, p. 5, tradução nossa).

Para Flain (2017) essa exclusão digital aumenta os níveis de desigualdade social e necessita de ações mais consistentes do Estado “Os Direitos fundamentais são históricos, cumulativos, conquistas progressivas que evoluem com a sociedade, e é dever do Estado Democrático de Direito, reconhecê-los e efetivá-los” (FLAIN, 2017, p.137). A autora ainda discute como o ciberespaço disponibiliza meios para o cidadão exercer direitos fundamentais como a expressão livre de opiniões, acompanhamento de ações governamentais, deliberações de políticas públicas, acesso a um grande número de informações, mas ela também questiona como essas ações do e-gov excluem a parcela da população que não tem acesso às TICs. “[...]inclusão digital é meio para o exercício, por exemplo, da manifestação do

pensamento, de participação política ou ainda como condição de exercício da cidadania em tempos de redes sociais e aplicativos de celular.” (ALMEIDA, 2015, p.80). Afonso (2000) já traz o tema da exclusão digital descrevendo a falta de acesso em áreas de menos recursos e falta de iniciativa de grandes provedores e operadoras de serviços de telecomunicações para tais áreas.

Se por um lado foi correta a noção de buscar capilaridade através da liberdade de mercado para que surgissem mais de mil provedores locais de acesso, não houve estímulo de nenhuma ordem para que os provedores pudessem surgir em áreas de menos recursos (AFONSO, 2000, p. 17).

5 USO DE TECNOLOGIAS E ATIVISMO DIGITAL

A tecnologia na forma digital como a internet cria um espaço antes não existente onde aqueles em situações de vulnerabilidade podem então se expressar e praticar o chamado Ciberativismo ou ativismo online. Mccaughey e Ayers (2003) definem o ativismo online como um movimento politicamente motivado que utiliza a internet, assim ativistas utilizam as tecnologias digitais para atingir objetivos tradicionais. Nele a internet é utilizada como meio de comunicação, conscientização, distribuição de informações de fontes alternativas não cobertas pela mídia tradicional e até o ”hackeamento” de websites. “Ativismo online é composto por ações proativas para alcançar um determinado objetivo ou por ações reativas contra controles e as autoridades que os impõem” (MCCAUGHEY e AYERS 2003, p.72, tradução nossa).

Segundo Regitano (2003) a internet é utilizada por ativistas de forma a expandir suas formas de expressão tradicionais ao mesmo tempo em que desenvolvem novas formas. Seu uso por parte de ativistas visa a difusão de informações e reivindicações de forma direta sem mediações, assim buscando apoio e mobilização para sua causa além de servir como forma de organização para ações e protestos. “A apropriação das novas tecnologias, como a Internet, por essas organizações em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo” (REGITANO, 2003, p.8).

As redes possibilitam maior organização e difusão de mídia sem o controle dos meios tradicionais. “Portanto, compreende-se a importância fundamental da internet como ferramenta para disseminação de conteúdos informacionais de caráter político e social, bem como, como suporte para organizar ações coletivas” (LUVIZOTTO, 2016, p. 2).

Há uma mudança de paradigma o usuário agora não é somente um consumidor, mas também é capaz de produzi-la, a informação então deixa de ser concentrada em pequenos

grupos de mídia, assim ativistas podem propagar suas ideias de forma rápida e global (LUVIZOTTO, 2016). Observa-se então que a internet não é somente um meio de comunicação, mas o principal meio para debates na era digital assim como relata a autora “[...] as plataformas online da web 2.0 e as mídias digitais foram tomadas por discussões e debates dos mais variados temas e representam a diversidade e a pluralidade de sujeitos sociais” (LUVIZOTTO, 2016, p.13).

A internet permite então a criação de canais alternativos de informação e comunicação assim desafiando as narrativas estabelecidas pela mídia tradicional, esses canais são sites, blogs, redes sociais e outros recursos digitais que podem ser utilizados para divulgar fatos e mobilizar ativistas de forma barata e acessível (PEREIRA, 2011). “Agências de notícias alternativas e independentes surgem para contestar as versões da imprensa tradicional, como é o caso da mídia NINJA, Jack Mídia Independente e diversos blogs e websites contra-hegemônicos” (ZANETTI E SILVA, 2015). Esses meios também ajudam a proteger os ativistas, aumentando a visibilidade de suas ações e diminuindo os riscos que enfrentam. Pereira (2011) também traz que para engajar os militantes eventuais, é necessário convencê-los da importância das causas e assim construir um consenso.

O uso da tecnologia pode ser visto na prática nos protestos de Hong Kong por democracia em 2019-2020, neles para burlar a censura imposta pelo governo manifestantes utilizaram aplicativos como o telegram, uber, tinder e fóruns online como forma de comunicação e organização assim protestantes se comunicavam sobre localização polícia, locais de manifestação, endereços de postos de primeiros socorros e onde obter suprimentos tudo de forma anônima (VINCENT, 2019).

O uso de redes sociais como forma de divulgar o trabalho de organizações sem fins lucrativos é uma poderosa ferramenta “através do uso das redes sociais, as ONGs conseguem apresentar informações financeiras e não financeiras aos consumidores, como informações sobre a natureza voluntária da organização e a causa beneficente.” (FENG, DU, 2017, p.3, tradução nossa). Hunt e Morgan (1994) trazem no contexto off-line a importância da confiança para com a organização e também o compromisso nessas relações com esses fatores impactando no apoio e doações às instituições. Com redes sociais e páginas online aumentando a transparência das organizações, mostrando onde os recursos estão sendo utilizados através de imagens, vídeos e relatos.

Gladwell (2010) traz um contraponto em relação ao ativismo digital e o ativismo tradicional, o ativismo digital seria de menor risco e de maior facilidade para participação e disseminação de informações mas em contraste não gera os laços e uma organização hierárquica sólida como é exemplificado pelo autor na luta pelos direitos dos negros no Estados Unidos em que o ato de se protestar juntos como parte de um movimento organizado trouxe mudanças que muito mais profundas e que as conexões frágeis em redes sociais priorizam a expressão em vez de ações impactantes, tornando-as assim menos eficazes para desafiar estruturas de poder consolidadas.

6 PÁGINA PARA O ASILO SANTO ANTÔNIO

Fruto do projeto CNPQ PIBITI “Elaboração de website para laboratório de investigação” criamos uma página online para a comunidade do Asilo Santo Antônio uma instituição de longa permanência para idosos sem fins lucrativos, o site foi construído em conjunto com o gestor a fim de criar espaço em que as informações e outros conteúdos produzidos pudessem ser apresentados a usuários afim de aumentar a arrecadação de recursos através da divulgação do trabalho de forma mais profunda diferentemente de redes sociais, o website possui em seus aproximados dois meses de lançamento 85 visitantes únicos através de trafico orgânico ou espontâneo, contando com áreas com informações para doação, processo para entrada de um idoso, eventos realizados ao decorrer do ano, metodologia de trabalho, etc.

A construção da página foi realizada no decorrer do projeto, sendo realizadas uma série de reuniões com a instituição para o entendimento da problemática local a mesma foi escolhida pela familiaridade existente e a já existência de outros projetos que tange sua divulgação. A entidade possuía uma série de materiais de eventos e atividades, assim uma das funções da página foi centralizar todas essas informações em um espaço só de forma que possam ser acessíveis com o uso de infográficos e elementos visuais para que as informações dispostas possam ser de fácil entendimento.

O website foi criado utilizando a ferramenta Webnode de forma a facilitar a edição por meio da instituição no momento em que a administração do website for passada totalmente para o Asilo Santo Antônio além de não haver custos para manutenção do website evitando assim a evitando a necessidade de um especialista na área e uso de recursos a mais que são

citados como um problema na criação de páginas digitais para organizações sem fins lucrativos por Tuckman, Chatterjee e Muha (2004).

Com o site finalizado o foco do projeto muda do desenvolvimento para a análise do número de visitas para o planejamento de campanhas de forma a divulgar a comunidade da região de Cruz Alta, e realizar a capacitação de um membro do Asilo Santo Antônio que irá administrar a página e continuar a alimentar com conteúdo.

7 Conclusão

O uso das tecnologias digitais representa uma ferramenta poderosa para a democratização da informação e o empoderamento das comunidades vulneráveis. Através de websites, redes sociais e outras plataformas digitais, o website criado para o Asilo Santo Antônio centraliza informações e divulga ações a fim de arrecadar recursos, as comunidades conseguem não só acessar informações vitais, mas também se mobilizar e organizar ações coletivas que desafiam as narrativas hegemônicas estabelecidas pelos meios de comunicação tradicionais.

No entanto, a exclusão digital continua a ser um obstáculo significativo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica e a baixa alfabetização digital impedem que muitos indivíduos se beneficiem plenamente das vantagens oferecidas pelas TICs. Sendo imperativo que políticas públicas de inclusão digital sejam implementadas e reforçadas, visando não apenas fornecer acesso à tecnologia, mas também capacitar as pessoas através da educação digital. Se denota também a necessidade de mais trabalhos acadêmicos no Brasil sobre o uso dessas tecnologias no meio social, ademais a criação de uma plataforma para o Asilo Santo Antônio demonstra a possibilidade de intervenções em comunidades por meio de páginas digitais para maior divulgação dessas causas sociais.

O Estado, junto com organizações não governamentais e iniciativas privadas, deve assumir um papel ativo na promoção da inclusão digital, garantindo que os benefícios da era digital sejam compartilhados por todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Referências

AFONSO, Carlos A. **Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?** Friedrich Ebert Stiftung, 2000.

ALEKSANDROVNA, Maksimova Olga; IURIEVNA Eflova Maria, OLEGOVNA, Ermolaeva Polina. Digital transformation as the factor of the generation dynamics in the information society. **Helix**, v. 8, n. 1, p. 1624-1629, 2018.

ALMEIDA, Leonardo Góes de. **A inclusão digital como direito fundamental não expresso**. 2015. Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado em Ciência Jurídica – Universidade Estadual do Norte do Paraná.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação? **Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, jan./abr. 2014.

BELLVIS, Luis. **The digital divide and the infopoor**. Disponível em: <https://basicincome.org/bien/pdf/2004Bellvis.pdf> Acesso em: 30 de jun. de 2024.

CASTELLS, Manuel Oliván. **A Galáxia da Internet Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. ZAHAR, 2003.

CAVALCANTI, Camila Martins; FREITAS, Ana Carla Pinheiro. **Inclusão digital como norma de direito fundamental atribuída ao direito à educação no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <https://red-idd.com/files/2019/GT3/GT3%20Camilla%20Martins%20Cavalcanti%20e%20Ana%20Carla%20Pinheiro%20Freitas.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

CHETTY, Krish et al. Bridging the digital divide: measuring digital literacy. **Economics E-Journal**, v. 12, p. 1-20, abril. 2018. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.5018/economics-ejournal.ja.2018-23/html>. Acesso em: 30 de jun. de 2024.

FENG, Yi; DU, Lanying. How social media strategies of nonprofit organizations affect consumer donation intention and word-of-mouth. **Social Behavior and Personality**. p. 1775–1786. 2017.

FLAIN, Valdirene Silveira. **A inclusão digital como direito fundamental passível de viabilizar a participação cidadã**. Dissertação (mestrado em direito). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de ciências sociais e humanas, programa de pós graduação em direito, RS, 2017, p.150.

GLADWELL, Malcolm. Small Change. **New Yorker**, 27 set. 2010. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>. Acessado em: 28 jun. 2024.

GIORGI, Emanuele; CATTANEO, Tiziano, GUERRERO Karol Paulina Serrato. The Principles of Design for Vulnerable Communities: A Research by Design Approach Overrunning the Disciplinary Boundaries. **Buildings**, v. 12, n. 1, p. 1-34, out. 2022.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Inclusão digital como direito fundamental**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GONZALEZ, Lauro; ARAUJO, Marcelo. **Efeitos da exclusão digital no acesso ao auxílio emergencial. Cemif** - Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira, 2021. Disponível em:

https://www.impacto.blog.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Auxilio_InclusaoDigital_VersaoFinal_2505.pdf Acesso em: 27 jun. 2024.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna Bahia: Via Litterarum, 2010.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297 – 312. 2016.

MARQUES, Mariana Cristina Melo Inácio. **Marketing e Comunicação: A Web como ferramenta para a promoção turística dos hotéis da Costa do Estoril**. Dissertação de mestrado Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 149. 2010.

MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michel. **Cyberactivism – Online Activism In Theory And Practice**. EUA, Routledge, 2003.

MECHANIC, David; TANNER, Jennifer. Vulnerable People, Groups, And Populations: Societal View. **Health Affairs**, v.26, n. 5, p. 1220-1230, 2007.

MORGAN, Robert M; HUNT, Shelby D. The commitment-trust theory of relationship marketing. **Journal of Marketing**. v.58, p. 20–38, 1994.

MOURA et al. Exclusão digital em processos de transformação digital: uma revisão sistemática de literatura. **Gestão.org**. v.18, n. 2, p. 198-213, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/249417> Acesso em: 27 de jun. de 2024

OECD. “Understanding the Digital Divide”. **OECD Digital Economy Papers**. n. 49, Paris, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/236405667766> Acesso em: 27 de jun. de 2024

PEREIRA, Marcus Abílio. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital**. In: IV Encontro de Compolítica. 2011.

REGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise docentro de mídia independente**. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf> Acesso em: 30 de jun. de 2024.

SABBATINI, Renato. Apartheid Digital. **Jornal Correio Popular**, 2000. Disponível em: <http://www.sabbatini.com/renato/correio/cp000623.html>. Acesso em: 30 de jun. de 2024.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Para além da inclusão digital poder comunicacional e novas assimetrias, In: PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira (org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: Edufba, 2011. p. 49-59.

SIQUEIRA, Tiago Adami Siqueira; SIQUEIRA, Dirceu Pereira, GMACH, Deomar Adriano. Vulnerabilidade social e exclusão digital no acesso aos serviços públicos doregime geral de

previdência social. *In: Seminário Internacional em Direitos e Sociedade*, V. 2023. **Anal** [...] Editora Unesc.

TIC Domicílios – 2023. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**. CETIC 2023. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em <http://www.cetic.br/>. Acesso em: 30 de jun. de 2024.

TUCKMAN, Howard P; CHATTERJEE, Patrali; MUHA, David. Nonprofit Websites: Prevalence, Usage and Commercial Activity. **Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing**, London, p. 49-67, 08 Sep. 2008.

VIAL, Gregory. Understanding digital transformation: A review and a research Agenda. **Journal of Strategic Information Systems**, v. 28, n. 2, p. 118-144, junho. 2019.

VINCENT, Danny. Como manifestantes de Hong Kong usam Tinder, Uber e Pokémon Go para organizar protestos e fugir da polícia. **BBC News Brasil**, Hong Kong, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49338575>. Acessado em: 28 jun. 2024.

ZANETTI, Lucas Arantes; SILVA, Livia Cadete. **Movimentos sociais e internet: uma análise sobre as manifestações de 2013 no Brasil**. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã. 2015.